



Declaração sob compromisso de Honra (Consentimento)

(Nome Completo) _____,
de nacionalidade _____, nascido(a) a, ___/___/___, Titular do
CC/BI _____, emitido em _____, válido até
___/___/___, declaro sob compromisso de honra, que manifesto de livre vontade
que os meus dados pessoais sejam objecto de tratamento e arquivo no ISCAL na
qualidade de candidato(a) aos cursos de mestrado, para o ano letivo de 2019/2020.

*Ao abrigo do **Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)**, a documentação obrigatoriamente exigida no ato de candidatura é apenas e só para efeitos de análise dos candidatos na sua seriação, todos os seus dados pessoais serão conservados durante o período legalmente obrigatório (para candidatos admitidos aos cursos de mestrado), sendo os documentos dos candidatos não admitidos, destruídos 1 mês após o início das aulas, qualquer funcionário que exerça funções na Divisão Académica é responsável pelo tratamento dos dados dos candidatos admitidos aos cursos de mestrado, os dados pessoais a serem divulgados na página do ISCAL são, o número de candidato, nome do candidato e a situação (Admitido, Não Admitido, Condicional). Os candidatos têm o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento, acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação, apagamento e a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, ou do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados, podendo para o efeito solicitar documento específico para o exercício desse direito. Pode o candidato retirar o consentimento para o presente tratamento, em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento propriamente dito para efeitos do cumprimento de obrigações e do exercício de direitos específicos do responsável pelo tratamento ou do titular dos dados, interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros. Caso o candidato considere ter sido violado o RGPD poderá apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.*

Data, ___/___/___

Assinatura: _____

Nota: ⁽¹⁾ Constitui crime, nos termos do Código Penal, a prestação de falsas declarações perante funcionário público no exercício das suas funções, sobre identidade, estado ou outra qualidade a que a lei atribua efeitos jurídicos, próprios ou alheios. Para além disso, administrativamente, serão anulados todos os atos efetuados ao abrigo da inscrição/matricula efectuada.